



**Poder Legislativo**  
Assembleia do Estado do Amazonas  
**Gabinete Deputada Alessandra Campêlo**  
**Comissão da Mulher, da Família e da Pessoa Idosa - CMFPI**  
PARECER

PROJETO DE LEI Nº 325/2023

PROPONENTE: DRA. MAYARA PINHEIRO

RELATORA: DEP. ALESSANDRA CAMPÊLO

“Dispõe sobre a obrigatoriedade das redes pública e privada de saúde oferecerem leito ou ala separada para as mães de natimorto e/ou mães com óbito fetal”.

1. RELATÓRIO

A Deputada Mayara Pinheiro, no uso de suas atribuições legislativas, apresentou, em 03 de abril de 2023, o Projeto de Lei nº 325/2023, com a seguinte ementa: *“Dispõe sobre a obrigatoriedade das redes pública e privada de saúde oferecerem leito ou ala separada para as mães de natimorto e/ou mães com óbito fetal”*.

A justificativa do projeto encontra-se anexa.

Incluído em pauta nas reuniões ordinárias dos dias 04, 11 e 12 de abril de 2023, não tendo recebido substitutivo.

Apresentada Emenda Aditiva de autoria da Deputada Alessandra Campêlo em 19/04/2023<sup>1</sup>.

Seguindo o Processo Legislativo, a proposição foi encaminhada às seguintes comissões técnicas permanentes: Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR, Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, Comissão da Mulher, da Família e da Pessoa Idosa – CMFPI e Comissão de Defesa do Consumidor.

Instada a apresentar parecer no que se refere ao aspecto constitucional, legal e jurídico da matéria<sup>2</sup>, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR manifestou-se favorável a admissibilidade do Projeto de Lei.

Outrossim, instada a apresentar parecer no que se refere a análise de compatibilidade e adequação da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento

<sup>1</sup> Art. 1º. Fica acrescentado o § 2º ao art. 1º do Projeto de Lei nº 325/2023, com a redação abaixo descrita, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º: § 2º Para os casos previstos no caput e § 1º desta Lei, fica garantido o direito á parturiente de ter a presença de 1 (um) acompanhante, de sua livre escolha, durante todo o período de internação.

<sup>2</sup> Artigo 27, inciso I, alínea ‘a’, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.





## Poder Legislativo

Assembleia do Estado do Amazonas

**Gabinete Deputada Alessandra Campêlo**

**Comissão da Mulher, da Família e da Pessoa Idosa - CMFPI**

anual<sup>3</sup>, a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE manifestou-se favorável a admissibilidade do Projeto de Lei.

Prosseguindo o regular Processo Legislativo, chegam os autos a esta Comissão da Mulher, da Família e da Pessoa Idosa – CMFPI para análise da matéria, nos termos do art. 26, inciso II, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Na esteira do que dispõe o art. 32, inciso II, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, avoco a relatoria e passo a emitir Parecer na tentativa de criar juízo de valor, conclamando aos Nobres Pares desta Comissão e ao Douto Plenário deste Poder, idêntico proceder.

É o breve relatório. Passo a opinar.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

Primeiramente, é oportuno destacar que compete à Comissão da Mulher, Família e Pessoa Idosa – CMFI a estrita análise, conforme disposto no art. 27, inciso XIV, do Regimento Interno desta Casa Legislativa<sup>4</sup>.

Consoante a justificativa da Autora, a proposição em comento tem como objetivo assegurar às mães de natimorto e/ou mães com óbito fetal o direito de acomodações em leitos ou alas separadas dos demais pacientes e gestantes.

Pois bem.

As parturientes de natimorto, bem como as de casos de óbito fetal, desenvolvem um quadro de profunda dor. É um momento doloroso, de luto, que pode se agravar se essas mulheres forem colocadas na convivência com outras mães e seus filhos recém-nascidos, pois a parturiente em situação de luto experimenta o cruel sentimento de não pertencimento ao ambiente do parto.

Por questões de humanidade, compaixão, respeito e proteção, faz-se necessário separá-las das demais parturientes. Nada mais justo que ter uma ala separada para as mulheres que experimentam o sofrimento do luto num momento que deveria ser de regozijo.

Por isso, é importante garantir a dignidade da mulher que, por qualquer motivo, sofre o abalo da perda de um filho antes do nascimento (óbito fetal) ou natimorto.

<sup>3</sup> Artigo 27, inciso II, alínea 'b', do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

<sup>4</sup> Art. 27. As Comissões Técnicas Permanentes exercem os procedimentos firmados no art. 26 deste Regimento, nos limites estabelecidos na Constituição Estadual, com as seguintes denominações e abrangências temáticas: XIV – Comissão da Mulher, da Família e da Pessoa Idosa: (Redação dada pela Resolução Legislativa nº 961, de 08.02.2023) a) políticas públicas, programas, projetos, atividades e matérias relativas aos direitos e às condições de vida das famílias e da pessoa idosa; b) promoção dos direitos dos segmentos sociais por ela abrangidos e o combate às violações a tais direitos; e c) fiscalização do cumprimento das leis relativas a sua competência, recebendo e processando representação contra ato abusivo ou lesivo a direito visando à apuração das responsabilidades; d) emitir parecer em todas as proposições que versem sobre políticas públicas voltadas para os direitos e promoção do bem-estar das mulheres, sem prejuízo das competências da Procuradoria da Mulher.



**Poder Legislativo**

Assembleia do Estado do Amazonas

**Gabinete Deputada Alessandra Campêlo****Comissão da Mulher, da Família e da Pessoa Idosa - CMFPI**

Nesse sentido, é fundamental destacar a importância do Projeto de Lei nº 325/2023, tendo em vista que, além de estimular a empatia e a solidariedade, busca assegurar condições para amenizar os traumas psicológicos das parturientes de bebês que nasceram mortos e/ou tiveram diagnóstico de óbito fetal.

Dessa forma, após verificar as questões abrangidas pelo Projeto, entende-se não haver qualquer óbice ao ingresso da presente proposição no ordenamento jurídico estadual.

Portanto, ao que compete a esta Comissão apreciar, e em sintonia com o entendimento da Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR e da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, concluo que o referido Projeto de Lei segue apto para prosseguimento, na forma regimental.

**3. VOTO**

Diante da relevância do tema, concluo pela APROVAÇÃO do PROJETO DE LEI Nº 325/2023, na forma da emenda aditiva apresentada.

S.R DA COMISSÃO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DA PESSOA IDOSA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 16 de novembro de 2023.

*[ASSINADO ELETRONICAMENTE]*

ALESSANDRA CAMPÊLO  
DEPUTADA ESTADUAL – PODEMOS/AM  
RELATORA





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

## ASSINATURAS DIGITAIS

MAYARA DA CRUZ FIGUEIREDO PINHEIRO MOREIRA REIS - DEPUTADO(A) - EM 27/11/2023 10:49:17  
JOANA DAR'C CORDEIRO DE LIMA - DEPUTADO(A) - EM 27/11/2023 10:47:37  
ALESSANDRA CAMPELO DA SILVA - DEPUTADO(A) - EM 27/11/2023 10:34:45

